

Cidade e Espaço Público: revolução e prosperidadeⁱ.

Claudio Acioly jrⁱⁱ.

A existência de espaço público e sua acessibilidade tornaram-se sinônimo de qualidade de vida nas cidades em um mundo cada vez mais urbanizado e cada vez mais ciente do poder transformador da urbanização. O espaço público se tornou tão importante a ponto de termos atualmente uma bienal especificamente dedicada a este artefato físico, territorial em nossas cidades. É de se esperar, então, que a disciplina e profissão que tem seu desenho e sua criação como uma de suas atribuições inerentes venham a ganhar destaque nas próximas décadas. O urbanismo e o desenho urbano devem ultrapassar seu formalismo estético funcional no século 21 e passarão a incorporar atributos de qualidade de vida. Como disciplina prática, terá que desenvolver metodologias e técnicas adequadas para produzir espaços urbanos e ambientes centrados na cidadania, sejam locais de encontros, de festas e de interação social, cultural e econômica. Espaços e lugares que contribuam com o desenvolvimento urbano e a sustentabilidade das cidades.

O espaço público saiu de sua abstração arquitetônica, formalista, urbanística para tornar-se um indicador de políticas urbanas e elemento fundamental na construção de cidades prósperas, sustentáveis e inclusivas. Hoje o cidadão comum, sem estar necessariamente envolvido no debate profissional, passa a demandar espaços públicos de qualidade por onde possa circular de forma segura, onde possa exercitar seu direito de cidadania, manifestar-se culturalmente e politicamente e encontrar-se com amigos e seus pares, onde possa celebrar e usufruir a urbanidade em sua plenitude.

Isso significa que as instituições de ensino e formação profissional também tem sua parcela de responsabilidade. É fundamental criar-se uma nova geração de urbanistas que incorporem essa visão e transformação que ocorre globalmente. Não há como igualmente eximir de suas responsabilidades as estruturas de governo responsáveis pela formulação e execução de políticas públicas que promovem um urbanismo de qualidade e geram a produção de espaços públicos, sua implementação, financiamento, gestão e manutenção. Temos que acompanhar essa evolução e revolução de conceitos e práticas em todos os níveis caso queiramos gerar a prosperidade urbana, o bem-estar social e fortalecer, assim, o papel das cidades no desenvolvimento sustentável.

Temos hoje uma carta global de princípiosⁱⁱⁱ endossada pela ONU-Habitat e cujos signatários, participantes da Bienal de Roma, comprometem-se a mobilizar ideias e recomendações sobre o tema afim de que o “espaço público” seja um tema incluído e elemento integrante de uma nova agenda urbana que deverá ser adotada pela Terceira Conferência das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, Habitat III, a realizar-se em Outubro de 2016, cujo tema é a Habitação e o Desenvolvimento Urbano Sustentável. A ONU-Habitat lançou, em 2012, o índice de prosperidade urbana, que incorpora uma série de indicadores espaciais, um deles a disponibilidade e acessibilidade ao espaço público^{iv}. Ou seja, cidades, para serem prósperas, devem dispor de espaço público suficiente e devidamente acessível a seus residentes para que possam gerar riqueza e bem-estar a sua população. Espaço público, com seus vários atributos urbanísticos e arquitetônicos, passa a ser elemento fundamental na construção e consolidação de cidades sustentáveis nesse novo milênio que se inicia. As análises e os dados coletados pela ONU-Habitat em várias cidades do mundo demonstram uma correlação positiva, e que cidades prósperas possuem um atributo em comum: espaços públicos, ruas, conectados e ocupando uma parcela significativa do espaço construído e urbanizado das cidades.

Será que estamos falando de uma revolução urbanística iniciada nos fins dos anos 1960, com os processos de revitalização urbana dos centros urbanos degradados e antigas áreas portuárias das cidades européias e norte-americanas? Seria uma nova renascença urbana tal qual promovia Richard Rogers ao liderar o grupo de trabalho^v criado para dar resposta à decadência das cidades britânicas e seus impasses econômicos, sociais e territoriais? A revitalização e reestruturação urbana das antigas áreas portuárias de Baltimore, Boston, Nova Iorque, Londres, Barcelona, Rotterdam e Hamburgo, só para citar alguns exemplos, já indicavam que uma de suas razões de sucesso estava intimamente ligada à oferta de espaços públicos de qualidade, bem desenhados e solucionados, adequados às necessidades e demandas dos cidadãos, recriando uma vitalidade de uso e valor simbólico local, mesclando funções residenciais, comerciais, e de entretenimento. Sublinha-se a importância do urbanismo. O desenho de excelência, o espaço público bem conectado e densificado, tal qual promove o grupo de trabalho britânico, promovem a atração da população que busca aí morar, viver e utilizar espaços que até então estavam abandonados e depreciados. Temos hoje lições já apreendidas com a experiência dessas cidades no que diz respeito ao papel do espaço público e o desenho urbano de qualidade. Um tema cujo debate era de domínio dos países de economia desenvolvida, hoje é um tema também contemporâneo às cidades situadas nos países em vias de desenvolvimento. É muito saudável observar que não só as grandes cidades brasileiras como Curitiba, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Fortaleza mas também cidades intermediárias estão valorizando essa dimensão em seus planos e organização de suas estruturas urbanas.

A primeira década do século 21 nos brindou com uma produção significativa de pesquisas, estudos, planos e projetos que sublinham a importância do espaço público e seu papel na revitalização urbana, na produção de qualidade de vida e identidade das cidades^{vi}. Consequentemente, a configuração urbana, sua espacialidade e qualidade, seu funcionamento e *performance* como estrutura urbana e sua capacidade de proporcionar qualidade de vida, sustentabilidade e acessibilidade universal aos cidadãos passa a ser estudada e trabalhada em seu conjunto multi-disciplinar e multi-setorial. E assim, o urbanismo se qualifica e se substancia, sublinha a necessidade de uma nova geração de desenho urbano, um urbanismo gerador de prosperidade e bem-estar à população que deve incorporar métodos, variáveis e temas sociais, econômicos, políticos, ambientais, tecnológicos, psico-sociais além do físico-espacial. Um urbanismo inovador, revolucionário, gerador de prosperidade urbana.

Valoriza-se e, ao mesmo tempo, passa a ser uma disciplina cada vez mais escrutinizada segundo sua capacidade de produzir espaços urbanos planejados à escala de seus cidadãos, espaços centrados na escala humana que favoreçam a mobilidade urbana, a conectividade e interação social, o bem estar social coletivo, maior igualdade de oportunidades e cidadania plena^{vii} e que promovam cidades sustentáveis. Um urbanismo que empodere a cidadania por oferecer soluções que agregam, congregam e fortalecem a interação social no espaço e lugar, no bairro e na cidade como um todo.

As cidades passam a ser qualificadas e avaliadas de acordo com sua capacidade de oferecer espaço público de qualidade, seguro, acessível e agregador. E, com isso, a rua, o logradouro, o território de domínio público e apropriado pela coletividade, ganha um papel importante nas novas gerações de planos e projetos urbanos. A rua, como espaço público singular, não só define os eixos de investimento de todas as redes de infraestruturas mas também os espaços de conectividade e encontros sociais, agregando praças e lugares, pequenos espaços que não só valorizam o ambiente mas criam oportunidades de desenvolvimento econômico e cultural. Podemos dizer que há um resgate desse elemento singular nas cidades. Será que estamos presenciando a valorização e o resgate desse elemento fundamental do desenho urbano, planejamento e gestão das cidades? A organização *Project for Public Spaces*^{viii} argumenta que um espaço público exitoso cumpre com quatro atributos

mensuráveis: (1) sociabilidade, (2) uso e atividades, (3) acessibilidade e conectividade, e (4) conforto e imagem. Define-se como espaço público ‘sítios/locais que são de propriedade pública ou de uso público, acessíveis e desfrutados por todos, incluindo-se e sem limitar-se a ruas, praças, espaços abertos, lugares, espaços e equipamentos públicos acessíveis a todos e sem terem fins lucrativos, cada qual com seus atributos espaciais, históricos, ambientais, sociais e econômicos’^{ix}. A pesquisa realizada pela ONU-Habitat para a realização do Índice de Prosperidade Urbana de 23 cidades colombianas revela que essas cidades sofrem de séria deficiência de espaço público. Apesar de terem melhor performance em outras dimensões de prosperidade como infraestrutura e conectividade das vias, tal deficiência está afetando significativamente a *performance* e a prosperidade nessas cidades. São reveladores os dados oriundos das pesquisas e análises espaciais de cidades no México, Colômbia, Arabia Saudita e Egito no que diz respeito às variáveis e indicadores associados ao espaço público.

A valorização do espaço público nas cidades, o seu desenho, qualidade, acessibilidade e apropriação por parte da cidadania pode ser considerada como uma das mais importantes transformações introduzidas na prática do planejamento e da gestão urbana nesse início de século. O resultado disso é que atualmente o espaço público é uma das variáveis mais importantes na avaliação e monitoramento da qualidade de vida e prosperidade urbana. O debate internacional que se trava entre os países membros das Nações Unidas para definir a “Agenda de Desenvolvimento do Período pós-2015-Objetivos do Milênio” que deve ser adotada em Setembro de 2015, dando seguimento às deliberações da Conferência Rio+20 ocorrida no Rio de Janeiro em 2012, sublinha inequivocamente a importância do espaço público na construção dos indicadores para o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 11, denominado de ODS urbano. Caso se aprovem os indicadores que tratam da dimensão espacial e do espaço público, teremos um período promissor para a prática do urbanismo e da gestão urbana. Daremos início a uma revolução urbanística.

ⁱ Publicado na Revista Qatsi de Urbanismo e Planejamento Urbano, PUC-RGS, Nov 2015.

https://issuu.com/guilhermogil/docs/qatsi_-_edicao_1c

ⁱⁱ Claudio Acioly Jr é arquiteto e planejador urbano com mais de 30 anos de experiência, trabalhando em mais de 25 países, atuando como especialista em políticas e programas habitacionais, urbanização de assentamentos informais, gestão e planejamento urbano, assim como assessor técnico de governos e organizações não governamentais, consultor e especialista em formação e capacitação profissional de quadros técnicos de governos locais, nacionais, universidades e ONGs. Atualmente é chefe da Unidade de Capacitação e Formação Profissional da UN-Habitat. Ocupou a chefia da Seção de Política Habitacional do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-HABITAT) e foi coordenador do Programa das Nações Unidas para o Direito a Habitação. Foi consultor do Banco Mundial, PNUD, UNECE, e de agências bilaterais, estando associado ao Institute for Housing and Urban Development Studies (IHS, Holanda) onde coordenava os programas de habitação, políticas de solo urbano, renovação urbana e urbanização de favelas. Claudio é professor associado ao Programa para América Latina e Caribe do Lincoln Institute of Land Policy (USA) coordenado cursos de formação e atualização profissional em urbanização e regularização de assentamentos informais e mercados informais de solo urbano. Acioly é autor de vários livros e artigos, tendo publicações em diversos países.

ⁱⁱⁱ ‘Charter of Public Space’, aprovado em Roma, Itália, durante a sessão final da ‘2013 Biennial of Public Space’, 18 de Maio de 2013.

^{iv} UN-Habitat (2012). ‘The State of the World Cities Report 2012-2013’. UN-Habitat: Earthscan. Esta publicação definiu o Índice de Prosperidade Urbana (City Prosperity Index-CPI) com seus cinco vértices: (1) Índice de Produtividade, (2) Índice de Desenvolvimento da Infraestrutura, (3) Índice de Qualidade de Vida, (4) Índice de Equidade e Inclusão Social e (5) Índice de Sustentabilidade Ambiental. O CPI evoluiu desde então e atualmente inclui em sua medição um sexto índice, o Índice de Governança e Legislação. O ‘CPI’ é constituído por 30 indicadores básicos entre os quais incluem-se variáveis de medição da qualidade do espaço urbano tais quais a quantidade de solo urbano destinado a ruas e logradouros, número de interseções entre estes, a densidade residencial, diversidade de uso de solo, a cobertura de transporte público e a aglomeração econômica no espaço urbano.

^v 'Towards a Strong Urban renaissance' (2005). An independent report by members of the Urban Task Force chaired by Lord Rodgers of Riverside. Em 1998, o Vice Primeiro Ministro do Reino Unido criou um grupo de trabalho para identificar as causas do declínio urbano e propor uma visão para as cidades, baseado nos princípios de excelência do desenho urbano e arquitetônico, bem estar social e responsabilidade ambiental, dentro de um quadro executivo, fiscal e legal.

^{vi} A ONU-Habitat tem promovido muitos estudos, projetos pilotos e diretrizes e recomendações acentuando a importância e papel do espaço público no processo de desenvolvimento urbano e sustentabilidade das cidades. Algumas parcerias com organizações não governamentais tem promovido o debate internacional, com encontros e seminários. O 'Project for Public Spaces <www.pps.org>; 'The Future of Places', Conferencias de Buenos Aires (2014) and Stockholm (2015), <www.futureofplaces.com>;

^{vii} Gehl, Jan (2014). 'Ciudades para la Gente'. Buenos Aires: Ediciones Infinito.

^{viii} www.pps.org

^{ix} Charter of Public Space, 2013.